

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre o Banco apresentou um lucro de R\$ 476.060 mil, correspondente a R\$ 84.183,91 por ação, sendo que no período anterior apresentou lucro de R\$ 464.505 mil. Em 30 de junho de 2022 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 1.254.188,68, um aumento de 7,06% em relação ao exercício anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes

do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,25%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 7.462.057 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 3.460.567 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de

Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Resolução BCB nº 54, no âmbito da Resolução nº 4.557, também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros, todos eles diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 23 de agosto de 2022.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2022	2021			2022	2021
Circulante		82.718.315	100.149.134	Circulante		69.590.128	88.971.844
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.840.661	55.225.527	Depósitos e demais instrumentos financeiros		68.179.132	84.751.520
Disponibilidades		228.518	29.422	Depósitos	15a	4.832.069	6.251.874
Aplicações interfinanceiras de liquidez		33.612.143	55.196.105	Captações no mercado aberto	15b	14.029.995	11.815.752
Instrumentos financeiros		46.915.064	42.482.123	Instrumentos financeiros derivativos	7	5.219.259	4.276.109
Títulos e valores mobiliários	6	26.907.575	26.992.100	Obrigações por empréstimos no exterior	16	32.308.914	52.465.833
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.979.732	2.598.527	Carteira de câmbio	9	11.788.895	9.941.952
Operações de crédito	8	1.625.936	1.625.354	Obrigações fiscais correntes	11a	54.317	141.545
Carteira de câmbio	9	13.401.821	11.266.142	Outros passivos	10	1.356.679	4.078.779
Provisões para perdas esperadas	8	(5.954)	(15.757)	Não Circulante		16.418.818	14.781.198
Operações de crédito		(3.224)	(13.482)	Depósitos e demais instrumentos financeiros		14.481.765	13.486.852
Outros créditos		(2.730)	(2.275)	Depósitos	15a	8.718.231	6.753.780
Ativos fiscais correntes	11a	1.417	11.296	Captações no mercado aberto	15b	191.358	205.716
Outros ativos	10	1.967.127	2.445.945	Instrumentos financeiros derivativos	7	5.572.176	6.527.356
Não Circulante		10.383.068	10.228.488	Obrigações fiscais diferidas	11b	1.143.412	453.174
Realizável a longo prazo		8.347.939	8.278.926	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	17	581.390	570.083
Instrumentos financeiros		6.549.575	6.933.331	Outros passivos	10	212.251	271.089
Títulos e valores mobiliários	6	1.008.930	1.673.275	Patrimônio líquido	18	7.092.437	6.624.580
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.584.454	3.997.747	Capital social		3.712.500	3.500.000
Operações de crédito	8	956.191	1.078.796	Aumento de capital		-	212.500
Carteira de câmbio	9	-	183.513	Reservas de capital		44.011	49.597
Provisões para perdas esperadas	8	(50.728)	(138.388)	Reservas de lucros		2.895.937	2.872.134
Operações de crédito		(40.963)	(128.346)	Lucros acumulados		452.257	-
Outros créditos		(9.765)	(10.042)	Outros resultados abrangentes		(7.328)	(4.711)
Ativos fiscais correntes	11a	8.621	6.103	Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Ativos fiscais diferidos	11b	1.107.309	834.973				
Outros ativos	10	733.162	734.907				
Investimentos		1.936.838	1.757.442				
Participações em controladas no país	12	1.921.578	1.751.259				
Outros investimentos		15.630	6.553				
(-) Provisão para perdas		(370)	(370)				
Imobilizado		96.466	98.295				
Imóveis e outras imobilizações de uso	13	215.318	209.699				
(-) Depreciações acumuladas		(118.852)	(111.404)				
Intangível	14	1.825	1.825				
Outros ativos intangíveis		2.500	2.500				
(-) Ativos para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis		(675)	(675)				
Total do ativo		93.101.383	110.377.622	Total do passivo e patrimônio líquido		93.101.383	110.377.622

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2020		2.810.981	63.750	24.939	23.057	265.735	2.371.172	(2.736)	(4.940)	5.551.958
Aumento de capital	18	63.750	561.519	-	-	-	(625.269)	-	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	1.601	-	-	749	464.505	466.855
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	464.505	464.505
Outros resultados abrangentes		-	-	-	1.601	-	-	749	-	2.350
Reserva legal		-	-	-	-	23.225	-	-	(23.225)	-
Em 30 de junho de 2021		2.874.731	625.269	24.939	24.658	288.960	1.745.903	(1.987)	441.280	(4.940)
Em 31 de dezembro de 2021		3.500.000	212.500	24.939	24.658	321.260	2.550.874	(4.711)	(4.940)	6.624.580
Aumento de capital	18	212.500	(212.500)	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	(5.586)	-	-	(2.617)	476.060	467.857
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	476.060	476.060
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(5.586)	-	-	(2.617)	-	(8.203)
Reserva legal		-	-	-	-	23.803	-	-	(23.803)	-
Em 30 de junho de 2022		3.712.500	-	24.939	19.072	345.063	2.550.874	(7.328)	452.257	(4.940)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a Instituição líder do Conglomerado Prudencial (Conglomerado JP Morgan) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituído na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O Banco JP Morgan está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. O Banco, controlado indiretamente pelo JPMorgan Chase Bank, National Association, tem suas operações e de suas empresas controladas conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 23 de agosto de 2022.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com/br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificadas de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, e na categoria "Títulos disponíveis para venda", relativa a títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificadas na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independente da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balanço em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balanço organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e nº 4.512 do CMN.

(d) Investimentos, imobilizado e ativo intangível - São demonstrados ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite

previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, no final de cada semestre, para identificar eventual não realização de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de "Outros ativos intangíveis", seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente será calculada à alíquota de 21%, conforme MP nº 1.115/2022. Para os meses de janeiro a junho de 2021 a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20% e de julho a dezembro de 2021 a CSLL foi calculada à alíquota de 25%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/2021). Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 30 de junho de 2022:

(i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre ajustes temporários a serem realizados; e

(ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% ou de 21% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e prazo de curto prazo de alta liquidez e prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do período com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco.

(j) Dividendos e juros sobre o capital próprio - Considerando o disposto na Resolução nº 4.872 do CMN, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido. Os valores de juros sobre capital próprio recebidos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em contrapartida a respectiva conta de investimento.

(k) Lucro por ação - A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações em circulação.

4. Gerenciamento de riscos e de capital

O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado - Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo) ("Conglomerado") possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

(a) Risco de mercado - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomador de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Janeiro-Junho/2022	Janeiro-Junho/2021
		8.918.436	8.918.436
Receitas da intermediação financeira		8.918.436	8.918.436
Operações de crédito		164.102	59.598
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.448.874	1.071.158
Obrigações por empréstimos e repasses		5.195.595	(261.135)
Resultado de aplicações compulsórias		12.391	-
Reversão/(Provisão) para perdas esperadas	8e	97.474	4.312
Despesas da intermediação financeira		(7.778.580)	(143.219)
Operações de captações no mercado		(1.198.729)	(310.296)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7f	(6.437.267)	(24.079)
Resultado de operações de câmbio		(142.584)	191.156
Resultado bruto da intermediação financeira		1.139.856	730.714
Outras receitas (despesas) operacionais		(161.327)	72.697
Receitas de prestação de serviços	21b	302.696	560.045
Despesas de pessoal		(397.952)	(341.617)
Despesas com a diretoria		(44.007)	(40.574)
Resultado de participações em controladas	12	170.319	115.321
Outras despesas administrativas	21c	(140.912)	(131.579)
Despesas tributárias		(73.395)	(87.456)
Outras despesas com provisões	21d	(14.809)	(6.761)
Outros resultados operacionais	21e	36.733	5.318
Resultado operacional		978.529	803.411
Resultado não operacional	21h	14.128	(93)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		992.657	803.318
Imposto de renda e contribuição social			

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificado como Segmento 3 conforme Resolução n.º 4.553 do CMN e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	7.462.057	7.016.529
Risco de crédito	15.690.874	14.899.642
Risco de mercado	22.820.322	23.548.961
Risco operacional	4.745.890	4.189.547
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	43.257.086	42.638.150
Índice de Basileia (IB)	17,25%	16,46%
PR mínimo exigido para RWA	3.460.567	3.411.052
Adicional de capital principal	1.081.427	852.763
Risco da carteira <i>banking</i>	90.891	529.058
Total de capital requerido	4.632.885	4.792.873
Margem sobre o capital requerido	2.829.172	2.223.656

A principal alteração regulatória incorrida no período foi: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 2,00% para 2,50% em função da COVID-19. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no site <https://www.jpmorgan.com.br/pl/disclosures>.

(f) **Análise de Sensibilidade** - De Resolução n.º 2 do BACEN apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*). O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado;
- *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;
- Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;
- Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;
- Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;
- Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*).

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, "Stop-Loss" e de sensibilidade (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e preestabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

	Junho de 2022	Dezembro de 2021	VaR
Fator de risco			
Moeda estrangeira & taxa de juros	25.278	20.232	
Renda variável	2.894	20.658	
Efeito diversificação	(2.108)	(20.232)	
Total	26.064	20.658	

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco	Junho de 2022	Dezembro de 2021
BPV		
Juros Pré	(363)	(296)
Inflação	(164)	268
USD	10	(593)
USD - On	281	435
Outros	(1)	10
FX Delta		
USD	199.266	(93.131)
JPY	(3.578)	(10.207)
EUR	(153.193)	(94.069)
GBP	(45.578)	(62.153)
Outras	(67.927)	104.210
Delta	(184.321)	4.580

Ações

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	Junho de 2022	Dezembro de 2021
<i>Bond Sell Off</i>	159.288	(322.501)
<i>Cmty Sell Off</i>	33.741	(226.770)
<i>Credit Crisis</i>	(1.505)	(236.475)
<i>Basis</i>	(97.107)	(195.465)
<i>EM Sell Off</i>	130.804	(256.176)
<i>Equity Collapse</i>	(36.719)	(369.866)
<i>EURO Zone</i>	(10.138)	(282.359)
<i>Gen. Recovery</i>	(18.627)	172.332
<i>Inflation</i>	(40.816)	(357.941)
<i>Oil Crisis</i>	51.314	(384.493)
<i>USD Crisis</i>	104.263	267.892

- *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contractionista ("hawkish").
- *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*.
- *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.

- *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais *dealer* precise sair de suas posições mais ilíquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- *Inflation*: Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.
- *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.

- **5. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Disponibilidades	228.518	29.422
Aplicações em operações compromissadas	17.398.046	53.438.509
Posição bancada	6.622.767	41.699.035
Posição financiada	10.442.667	10.544.405
Posição vendida	332.612	1.195.069
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	15.924.999	-
Aplicações em moeda estrangeira	289.098	1.757.596
Total	33.840.661	55.225.527

6. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado em junho de 2022	Valor de mercado em dezembro de 2021
Títulos para negociação	26.183.432	(39.596)	26.143.836	22.988.005
Carteira própria	12.730.370	(17.101)	12.713.269	13.120.610
LFT	1.814.826	46	1.814.872	153.192
LTN	4.610.802	(3.613)	4.607.189	5.671.879
NTN-B	2.413.904	(10.563)	2.403.341	1.438.692
NTN-F	279.589	(3.345)	276.244	2.437.627
Debêntures	-	-	-	204.669
Cotas de fundo de investimentos	3.467.605	-	3.467.605	3.144.690
Ações	143.644	374	144.018	69.861
Vinculados à prestação de garantias	10.229.547	(22.031)	10.207.516	9.867.395
LFT	194.156	(45)	194.111	2.443.340
LTN	2.638.832	(2.380)	2.636.452	3.403.024
NTN-B	2.226.600	(2.934)	2.223.666	1.636.708
NTN-C	1.168	565	1.733	1.572
NTN-F	5.130.994	(17.237)	5.113.757	2.347.020
Cotas de fundo de investimentos	-	-	37.797	35.731
Vinculados a compromissos de recompra	3.223.515	(464)	3.223.051	-
LTN	2.057.456	(1.215)	2.056.241	-
NTN-B	1.166.059	751	1.166.810	-
Títulos disponíveis para venda	1.786.240	(13.571)	1.772.669	5.677.370
Carteira própria	1.786.240	(13.571)	1.772.669	5.677.370
Debêntures	1.786.240	(13.571)	1.772.669	1.673.275
LTN	-	-	-	4.004.095
Total da carteira de TVM	27.969.672	(53.167)	27.916.505	28.665.375

(b) Cotas de fundos de investimentos

As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) Junho de 2022	Ativo/(Passivo) Dezembro de 2021
Fundo de investimento - exclusivo	3.467.605	3.144.690
Títulos e valores mobiliários e operações compromissadas	3.567.610	3.198.795
. Ações	87.323	513.983
. LTN	2.845.579	2.764.475
. NTN-B	1.134.866	-
. Credores por empréstimos de ações	(599.848)	(116.698)
. Direitos por empréstimos de ações	99.690	37.035
 Mercado futuro	(1.309)	1.173
. Futuro – DI	1.191	2.622
. Futuro – Mini Ibovespa	1.513	357
. Futuro – Ibovespa	(427)	(347)
. Futuro – S&P	(3.586)	(1.378)
. Futuro – Mini dólar	-	(81)
Outros derivativos	(56.277)	6.489
. Outros derivativos	(56.277)	6.489
Opções	(782)	(37.876)
. Ações	27.082	(27.408)
. Ibovespa	680	(3.485)
. Flexíveis	(28.544)	(6.983)
Diversos	(41.711)	(23.986)
. Valores a pagar/receber	(41.711)	(23.986)
Disponibilidades	74	95
Outros fundos	37.797	35.731
Total cotas de fundos de investimento	3.505.402	3.180.421

(c) Composição por prazos de vencimento dos papéis – TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	3.611.623	4.285.011	2.237.853	2.867.568	1.483.883	14.485.938
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	2.056.241	-	1.166.810	3.223.051
Vinculados à prestação de garantias	37.797	941.427	7.253.364	191.622	1.783.306	10.207.516
Total da carteira – junho de 2022	3.649.420	5.226.438	11.547.458	3.059.190	4.433.999	27.916.505
Total da carteira – dezembro de 2021	3.250.282	12.042.361	1.431.451	8.858.063	3.083.218	28.665.375

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal junho de 2022	Valor nominal dezembro de 2021
Operações de swap	4.007.579	5.117.514	136.663.619	114.704.304
Taxa de juros	1.434.205	740.112	96.233.163	71.182.997
Moeda	33.937	1.183.481	6.050.850	10.024.198
Outros	2.643.784	3.174.294	34.379.606	33.497.109
Ajustes prudenciais ¹	(104.347)	19.627	-	-
Operações com opções	1.725.210	1.656.360	30.728.684	42.755.562
Compra de opção	1.725.210	-	15.012.722	21.299.788
Compra de dólar	1.422.964	-	8.110.912	9.542.940
Compra de índice de ação	41.462	-	676.843	686.257
Compra de ação	477	-	147.451	2.443.572
Compra de <i>commodities</i>	68.992	-	1.203.718	325.777
Venda de dólar	175.277	-	3.956.106	5.739.777
Venda de índice de ação	40	-	720	720
Venda de ação	1	-	9	1.648.009
Venda de <i>commodities</i>	23.186	-	916.963	912.736
Ajustes prudenciais ¹	(7.189)	-	-	-
Venda de opção	-	1.656.360	15.715.962	21.455.774
Compra de dólar	-	1.336.853	8.327.026	9.773.009
Compra de índice de ação	-	33.646	674.743	684.157
Compra de ação	-	2.468	147.440	2.427.414
Compra de <i>commodities</i>	-	68.986	1.190.094	325.777
Venda de dólar	-	188.142	4.456.876	5.681.852
Venda de índice de ação	-	1.961	2.820	2.820
Venda de ação	-	-	-	1.648.009
Venda de <i>commodities</i>	-	23.186	916.963	912.736
Ajustes prudenciais ¹	-	1.118	-	-
Operações com futuros	366.529	310.197	151.987.277	212.932.378
Posição comprada	207.071	26	35.788.768	95.360.389
Cupom cambial – DDI	121.028	-	15.835.611	68.696.905
DI de 1 dia	18.957	-	4.255.265	10.952.504
Moedas	-	-	-	1.637.614
Cupom IPCA	67.086	26	15.697.892	14.073.816
Posição vendida	159.458	310.171	116.198.509	117.571.989
Cupom cambial – DDI	-	284.998	53.146.325	71.533.453
DI de 1 dia	6	16.420	27.434.925	18.215.634
Moedas	159.452	7.245	34.088.287	27.822.902
Cupom IPCA	-	1.508	1.528.972	-
Operações a termo	1.652.098	1.650.924	1.651.773	163.508
Posição comprada – títulos públicos	377.171	376.846	376.846	82.424
Posição vendida – títulos públicos	1.274.927	1.274.078	1.274.927	81.084
Outros derivativos	2.179.299	2.366.637	65.397.317	66.880.944
Moedas	1.742.467	1.877.442	54.739.795	59.517.205

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	Junho de 2022			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Pessoa jurídica				
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	1.576.391	37.266	769.247	2.382.904
Importação e exportação.....	925.605	684.694	114.689	1.724.985
Outros.....	12.279	-	-	12.279
Pessoa física – outros.....	-	-	72.254	72.254
Total.....	2.514.275	721.960	956.190	4.192.425

	Dezembro de 2021			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Pessoa jurídica				
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	1.457.497	154.455	817.186	2.429.138
Importação e exportação.....	623.121	646.815	306.732	1.576.668
Outros.....	13.402	-	-	13.402
Pessoa física – outros.....	-	-	119.525	119.525
Total.....	2.094.020	801.270	1.243.443	4.138.733

(d) Composição por nível de risco

	Junho de 2022		Dezembro de 2021	
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
Nível de risco				
AA.....	3.650.890	3.274	3.585.932	3.768
A.....	303.871	2.111	142.088	948
B.....	8.353	133	172.249	2.487
C.....	31.328	2.177	-	-
D.....	197.983	39.222	31.281	5.641
F.....	-	-	207.183	131.536
Total.....	4.192.425	46.917	4.138.733	144.380

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	Junho de 2022		Dezembro de 2021	
	Saldo inicial	Constituição/(reversão) de provisão	Saldo inicial	Constituição/(reversão) de provisão
Operações de crédito e outros créditos.....	144.380	(97.463)	144.380	(97.463)
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito.....	9.765	-	9.765	-
Total.....	154.145	(97.463)	154.145	(97.463)
Operações de crédito e outros créditos.....	158.472	(14.092)	158.472	(14.092)
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito.....	9.765	-	9.765	-
Total.....	168.237	(14.092)	168.237	(14.092)

Em 2022 foi revertida provisão referente a garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 11 (junho de 2021 – constituição de R\$ 6.208). O saldo das provisões sobre garantias financeiras prestadas totaliza R\$ 5 (dezembro de 2021 – R\$ 16). Não houve renegociação ou recuperação de créditos no primeiro semestre de 2022 e 2021.

9. Carteira de câmbio: No ativo, está representada, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 8.163.070 (dezembro de 2021 – R\$ 4.728.732), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 5.210.671 (dezembro de 2021 – R\$ 6.684.740) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 14.806 (dezembro de 2021 – R\$ 5.001). No passivo, está representada por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 5.204.804 (dezembro de 2021 – R\$ 6.636.837) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 8.151.518 (dezembro de 2021 – R\$ 4.698.514) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio, no valor de R\$ 1.567.427 (dezembro de 2021 – R\$ 1.393.399).

10. Outros ativos e outros passivos

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Ativos		
Reservas compulsórias no BACEN.....	983.780	242.285
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	712.887	1.841.000
Depósitos judiciais – obrigações fiscais e previdenciárias.....	687.645	690.188
Depósitos judiciais – ações cíveis.....	21.726	21.651
Depósitos judiciais – processos trabalhistas.....	14.026	13.303
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito.....	9.765	9.765
Rendas a receber.....	56.280	38.771
Devedores diversos exterior.....	142.262	308.234
Outros.....	71.918	15.655
Total.....	2.700.289	3.180.852
Passivos		
Negociação e intermediação de valores ⁽²⁾	797.776	3.605.401
Provisões para despesas com pessoal.....	450.302	611.066
Provisões para despesas administrativas.....	25.151	24.201
Cretores diversos – exterior.....	29.416	40.410
Ordens de pagamento em moeda estrangeira.....	148.439	39.107
Outros ⁽³⁾	117.846	27.019
Total.....	1.568.930	4.347.204

⁽¹⁾ Referem-se a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 344.003 (dezembro de 2021 – R\$ 298.009) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 368.884 (dezembro de 2021 – R\$ 1.542.991).

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 18.123 (dezembro de 2021 – R\$ 57.992), operações com ativos financeiros a liquidar no valor de R\$ 634.968 (dezembro de 2021 – R\$ 2.330.028) e credores por empréstimos de ações no valor de R\$ 141.766 (dezembro de 2021 – R\$ 1.215.856).

⁽³⁾ Consideram rendas antecipadas registradas em dezembro de 2021 como “Resultados de exercícios futuros”, os saldos foram reclassificados para fins de comparabilidade.

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativos e obrigações fiscais correntes

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	10.038	17.399
Total.....	10.038	17.399
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher.....	33.728	35.298
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro.....	20.589	106.247
Total.....	54.317	141.545

(b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias	1.106.706	834.370
Contingências.....	197.038	192.202
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.487	72.421
Provisão para honorários advocatícios	10.225	9.760
Provisão para participação nos lucros.....	60.144	122.451
Marcação a mercado – TVM e derivativos	725.790	324.899
Unidades de ações restritas – RSU	79.926	108.294
Outros.....	5.096	4.343
Prejuízos fiscais e bases negativas.....	603	603
Créditos tributários – ativo.....	1.107.309	834.973
Obrigações fiscais diferidas – passivo.....	1.143.412	453.174

Em 2022 foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 433.173 (junho de 2021 – R\$ 160.473), tendo sido realizado R\$ 160.837 (junho de 2021 – R\$ 202.653). Em 2022 foi constituído passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 690.238 (junho de 2021 – R\$ 128.038). Em 2021 foi realizado passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 55.627. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 1.107.309 (dezembro de 2021 – R\$ 834.973) é estimada conforme abaixo:

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano
9%	22%	12%	3%	4%	2%	12%	4%	28%	4%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 610.363 (dezembro de 2021 – R\$ 522.846).

(c) **Resultado de IRPJ e CSLL** - A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros.....	980.574	791.975
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(441.258)	(356.389)
Resultado de participação em controladas.....	76.643	51.896
Despesas indedutíveis liquidadas de receitas não tributáveis.....	(27.490)	(26.418)
Efeito CSLL ⁽¹⁾	344	(5.771)
Outros ⁽²⁾	(112.753)	9.212
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(63.256)	28.919
Resultado de IRPJ e CSLL no período.....	(504.514)	(327.470)

⁽¹⁾ Efeito da majoração de alíquota da CSLL conforme nota 3 (g).

⁽²⁾ Inclui o efeito da decisão do STF no julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema nº 962). Em maio de 2022, foi publicado o acordão definitivo, em que, apesar de decisão favorável ao contribuinte quanto à restituição/compensação, os juros relativos aos depósitos judiciais não foram abarcados.

12. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total junho de 2022	Total dezembro de 2021
Participação no capital integralizado - %.....	100%	100%	-	-
Patrimônio líquido.....	568.022	1.353.556	1.921.578	1.751.259
Lucro líquido do período.....	60.960	109.359	170.319	242.508
Resultado de participações em controladas.....	60.960	109.359	170.319	242.508
Valor contábil do investimento.....	568.022	1.353.556	1.921.578	1.751.259

13. Imobilizado: O imobilizado de uso está representado, principalmente, por edificações, no valor de R\$ 44.903 (dezembro de 2021 – R\$ 44.903) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (dezembro de 2021 – R\$ 46.203), bem como por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 78.359 (dezembro de 2021 – R\$ 79.633), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 39.851 (dezembro de 2021 – R\$ 38.277).

14. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (dezembro de 2021 – R\$ 2.500).

15. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total em junho de 2022	Total em dezembro de 2021
Depósitos à vista.....	961.129	-	-	-	961.129	1.118.277
Depósitos em moedas estrangeiras.....	-	-	-	-	-	56
Depósitos interfinanceiros.....	-	7.947	1.622.174	9.066	1.639.187	372.667
Depósitos a prazo.....	2.095.631	1.767.362	2.749.240	4.337.751	10.949.984	11.514.654
Total.....	3.056.760	1.775.309	4.371.414	4.346.817	13.550.300	13.005.654

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total em junho de 2022	Total em dezembro de 2021
Operações compromissadas - carteira própria	3.186.839	-	-	3.186.839	-
Operações compromissadas - carteira de terceiros.....	10.442.667	-	-	10.442.667	10.544.404
Operações compromissadas - carteira livre movimentação.....	351.359	-	-	351.359	1.223.572
Captações COE.....	17.156	31.974	191.358	240.488	253.492
Total.....	13.998.021	31.974	191.358	14.221.353	12.021.468

16. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior no montante de R\$ 32.308.914 (dezembro de 2021 – R\$ 52.465.833) com vencimentos entre julho e outubro de 2022 (dezembro de 2021 – as operações possuíam vencimentos entre vencimentos entre janeiro e julho de 2022). As taxas de juros para as captações variam até 1,51% ao ano (dezembro de 2021 – 0,04% até 0,30% ao ano). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN vigentes em 30 de junho de 2022, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção de exposição cambial para os quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial líquido seria um aumento de R\$ 64.984 (dezembro de 2021 – aumento de R\$ 16.212).

17. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	464.833	456.603
Cíveis.....	79.882	77.331
Trabalhistas.....	36.675	36.149
Total.....	581.390	570.083

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis		Trabalhistas		Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total em junho de 2022		Total em dezembro de 2021	
	Saldo inicial.....	77.331	36.149	36.149	456.603	570.083	570.083	559.003	570.083	570.083	559.003	
Despesas financeiras – juros	2.551	1.775	1.775	9.482	13.808	13.811						
Constituições.....	-	2.762	2.762	-	2.762	6.619						
Reversões.....	-	(1.761)	(1.761)	-	(1.761)	(4.112)						
Pagamentos.....	-	(2.250)	(2.250)	(1.252)	(3.502)	(5.238)						
Saldo final.....	79.882	36.675	36.675	464.833	581.390	570.083						

III. Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Deducibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (ii) Cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

IV. Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 138.586 (dezembro de 2021 – R\$ 132.165); (ii) Contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 55.376 (dezembro de 2021 – R\$ 54.218); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 963 (dezembro de 2021 – R\$ 943); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários no valor de R\$ 45.181 (dezembro de 2021 – R\$ 43.876); (v) Outros casos que totalizam R\$ 21.941 (dezembro de 2021 – R\$ 21.525).

V. Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 110.840 (dezembro de 2021 – R\$ 117.044).

VI. Ações cíveis - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de Índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos (“Acordo”), que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no período com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Salários e encargos.....	13.452	10.662
Participação nos lucros e gratificações.....	33.344	31.199
Encargos sobre gratificações.....	3.713	9.825
Planos de aposentadoria e pensão.....	482	393
Outros benefícios.....	793	647

20. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. No período, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 9.916 (junho de 2021 – R\$ 8.312) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Junho de 2022	Junho de 2021
Ações em circulação em 01/01/2022	199.968	25.479
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	111.750	17.129
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(76.571)	(9.232)
Transferência/saída de funcionários.....	(4.097)	(517)
Ações em circulação em 30/06/2022	231.050	32.859

	Junho de 2022	Junho de 2021
Ações em circulação em 01/01/2021	201.223	23.123
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	99.906	13.957
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(94.998)	(10.374)
Transferência/saída de funcionários.....	(6.163)	(1.227)
Ações em circulação em 31/12/2021	199.968	25.479

O valor do passivo em 30 de junho de 2022, incluindo encargos sociais, é de R\$ 237.560 (dezembro de 2021 – R\$ 194.986). Em virtude desse programa a despesa registrada no período é de R\$ 42.376 (junho de 2021 – R\$ 58.540), incluindo os encargos sociais.

21. Outras informações: (a) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 11.121 (dezembro de 2021 – R\$ 48.108). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 5 (dezembro de 2021 – R\$ 16). (b) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a administração de fundos no valor de R\$ 29.690 (junho de 2021 – R\$ 30.254), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 25.251 (junho de 2021 – R\$ 177.430), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 91.953 (junho de 2021 – R\$ 88.397) e rendas de serviços prestados no

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
Azarias de Castro Feitosa Junior	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Daniel Costa Barreto	Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Daniel Darahem de Souza Coelho	Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Decio Ramos Porchat de Assis	Mariana Plass Rizzo
Eduardo Pera Silva	Paulo Coimbra de Souza
Elizabeth Hinden D'Elia	Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior
Fabio Jorge Resegue	Pedro Clark Juliano

exterior no valor de R\$ 142.766 (junho de 2021 – R\$ 226.618). (c) "Outras despesas administrativas" referem-se às contas apresentadas no quadro abaixo:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Despesas de serviços com o sistema financeiro.....	62.710	56.136
Despesas com serviços de terceiros.....	20.439	24.265
Despesas com viagens.....	6.755	193
Despesas com sistemas e tecnologias.....	11.894	4.927
Despesas com manutenção e conservação.....	1.941	3.418
Despesas de comunicação.....	3.068	7.834
Despesas com aluguel.....	9.217	8.245
Despesas de depreciação.....	9.894	9.814
Despesas diversas.....	14.994	16.747
Total	140.912	131.579

(d) "Outras despesas com provisões" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, líquidas de reversões, no valor de R\$ 14.809 (junho de 2021 – R\$ 6.761).

(e) Composição de "Outros resultados operacionais":

	Junho de 2022	Junho de 2021
Reversão de provisões operacionais.....	36.733	5.318
Atualização de depósitos judiciais.....	18.874	465
Outros.....	20.309	4.104
	(2.450)	749

(f) As "Participações no lucro" referem-se a despesas com participações dos funcionários nos resultados do Banco.

(g) **Lucro por ação** - Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que o Banco não teve movimentação de ações em tesouraria nos períodos compreendidos por esta demonstração financeira, e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Segue o cálculo do Lucro por ação:

	Janeiro-Junho/2022	Janeiro-Junho/2021
Lucro líquido do período	476.060	464.505

Média ponderada das ações emitidas (básico e diluído)

Ações ordinárias.....	5.655	5.470
Ações preferenciais ¹	-	185

Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)

Ações ordinárias.....	84.183,91	82.140,58
Ações preferenciais ¹	-	82.140,58

¹ Em Assembleia geral extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão da totalidade de ações preferências em ações ordinárias (nota 18).

(h) Resultados não recorrentes - A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No primeiro semestre de 2022, o Banco registrou resultados não recorrentes relacionados à constituição de passivo fiscal diferido no valor de R\$ 119.425 (nota 11(c)) e ganhos relacionados ao recebimento de ações resultantes de processos de desmutualização no valor de R\$ 14.663. No primeiro semestre de 2021 não foram reconhecidos resultados não recorrentes. (i) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

DIRETOR-PRESIDENTE
Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR
João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

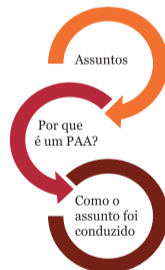
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(b) e 7, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis. Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Atualização do nosso entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações e reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.
- Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado e com os requerimentos das normas do BACEN.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto na data do presente relatório por três membros, todos eles Diretores do Banco.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base de 30 de junho de 2022, destacam-se:

- a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes;
- a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de

controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada.

O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho 2022.

São Paulo, 23 de agosto de 2022